



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XI — N.º 124

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 1956

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões Comissões Permanentes Diretora

Apolônio Salles — Presidente.
Wivaldo Lima — 1.º Secretário.
Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário.
Carlos Lindenberg — 3.º Secretário.
Reginaldo Cavalcanti — 4.º Secretário.
Neves da Rocha — 1.º Suplente.
Prisco dos Santos — 2.º Suplente.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolfo — Presidente.
Oscar Vergueiro — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Alberto Pasqualini (1).
Onofre Gomes.
Paulo Fernandes (2).
Victorino Freire (3).
Mathias Olympio.
Mourão Vieira.
Fausto Cabral.
Daniel Krieger.
Juracy Magalhães (4).

Othon Mäder.
Júlio Leite.
Novaes Filho.
Domingos Velasco.
Lino de Mattos.

Suplentes

Mendonça Clark.
Lima Guimarães.
(1) Substituído pelo Sr. Primo Beck.
(2) Substituído pelo Sr. Gaspar Velloso.
(3) Substituído pelo Sr. Pedro Ludovico.
(4) Substituído pelo Sr. João Arruda.
Secretário — Renato Chermont.
Reuniões — As Sextas-feiras, às 10 horas e 30 minutos.

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.
Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Gaspar Velloso.
Ruy Carneiro.
Lourival Pontes.
Lima Guimarães.
Daniel Krieger.
Attilio Vivacqua.
Moura Andrade.
Secretário — João Alfredo Ravasos de Andrade.
Reuniões — Terças-feira, às 14 horas.

Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente (1).
Júlio Leite — Vice-Presidente.
Sá Tinoco.
Sebastião Archer.
Lima Teixeira.
Carlos Sabola (2).
Tarcísio Miranda.
(1) Substituído temporariamente por Ovidio Teixeira.
(2) Substituído por Fernandes Távora.
Secretário — Aroldo Moreira.
Reuniões — Terças-feira, às 16 horas.

Comissão de Educação e Cultura

1 — Lourival Pontes — Presidente.
2 — Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.
3 — Ezechias da Rocha.
4 — Gilberto Marinho.
5 — Mem de Sá.
6 — Mourão Vieira.
7 — Reginaldo Fernandes.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Sebastião Archer.
Lima Guimarães.
Lino de Mattos.
João Arruda.
Paulo Fernandes (1).
(1) Substituído temporariamente por Francisco Gallotti.
Secretário — Pedro de Carvalho.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezechias da Rocha — Presidente.
2 — Gaspar Velloso — Vice-Presidente.
3 — João Villasbôas (1).
4 — Ruy Carneiro.
5 — Saulo Ramos.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Argemiro de Figueiredo.
Reuniões — Terças-feira, às 15 horas.
Secretária — Cecília de Rezende.

Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.
João Villasbôas — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lourival Pontes.
Gomes de Oliveira.
Rui Palmeira.
Bernardes Filho.
Moura Andrade.
Secretário — J. B. Castelo Branco.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 hs.

Comissão de Saúde Pública

Sylvio Curvo — Presidente.
Pedro Ludovico — Vice-Presidente.
Mendonça Clark.
Saulo Ramos.
Fausto Cabral.
Secretária — Nathércia Sá Leitão.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Calado de Castro — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Francisco Gallotti (2).
Alencastro Guimarães.
Sylvio Curvo.

Maynard Gomes.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Paulo Fernandes.
Secretário — Romilda Duarte.
Reuniões — Quintas-feira, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Calado de Castro.
Mem de Sá.
Mathias Olympio.
Sá Tinoco.
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões — Quintas-feiras.

Comissão de Transportes e Comunicações e Obras Públicas

1 — Novaes Filho — Presidente.
2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente.
3 — Francisco Gallotti.
4 — Gaspar Velloso.
5 — Coimbra Bueno.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasbôas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.
Attilio Vivacqua — Relator.
Filinto Müller.
Secretário — José da Silva Lisboa.
Reuniões — Quintas-feiras.

Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Filinto Müller.
Francisco Gallotti.
Saulo Ramos.

Argemiro de Figueiredo.
Othon Mello
Kerginaldo Cavalcanti.
Julio Leite.

Deputados

Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
Araoz Steinhilber — Relator Geral
Tasso Dutra.
Jefferson Aquino
Cunha Mello — Presidente.
Moury Fernandes.
Licurgo Leite.
Silvio Sanson.
Laurival de Almeida.
Raimundo Brito

Comissões de Inquérito

Comissão de Inquérito para
anunciar fatos relativos à li-
beração da Química Bayer
Limitada.

Alvaro Adolpho — Vice-Presidente
Pedro Ludovico.
Fausto Caorai
Argemiro de Figueiredo.
Kerginaldo Cavalcanti.
Ezequias da Rocha.

Secretário — Mécio dos Santos An-
drade
Reuniões às quinta-feiras, às 16
horas

De Mudança da Capital

Coumba Bueno — Presidente
Paulo Fernandes — Vice-Presidente
Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasquanni.
Lino de Mattos
Secretário — Sebastião Veiga.
Reuniões — Quintas-feira.

Comissão Especial de Estudos
da Valorização dos Rios To-
canti e Parnaíba.

Mathias Olympio — Presidente.
Domingos Velasco — Vice-Presidente
Mendonça Clark — Relator.
Remy Archer
Parsifal Barroso.
Coumba Bueno
Ezequias da Rocha.

Secretário — José Soares de Oli-
veira.
Reuniões — Sextas-feira, às 20
horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
LEOPOLDO CESAR DE MIRANDA LIMA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 28,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Atas das Comissões

Comissão Diretora

14.ª REUNIAO REALIZADA EM 5
DE JULHO DE 1956.

Sob a presidência do Sr. Apolônio Sales, Presidente, presentes os Senhores Vivaldo Lima, 1.º Secretário, Kerginaldo Cavalcanti, 4.º Secretário, e Neves da Rocha, 1.º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Freitas Cavalcanti, 2.º Secretário, Carlos Lindemberg, 3.º Secretário, Prisco dos Santos, 2.º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e sem observações, aprovada.

Tendo sido feita a escolha dos membros do Senado que participarão da XLV Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Bagkok, propõe o Sr. Presidente a designação do Secretário, cujo nome sugere e indica.

Indaga o Sr. Kerginaldo Cavalcanti se o assunto era da exclusiva alçada da Comissão Diretora, declarando o Sr. Vivaldo Lima que, de acordo com o art. 32 do Regimento Interno do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, aprovado pela Resolução n.º 9, de 1955, a Delegação devia e fora ouvida.

Antes de ser aprovada a indicação, o Sr. 4.º Secretário é oficialmente in-

formado, conforme desejo seu, de que o funcionário em causa ainda não participara de nenhuma comissão no estrangeiro.

Uma vez que estava sendo obedecido o critério de rodízio, concorda Sua Excelência, bem como os demais, com a designação do Redator, Padrão PL-7, Philadelpho Seal, para Secretário da aludida Delegação.

O Sr. Presidente, em seguida, comunica haver encaminhado à Comissão de Relações Exteriores convite formulado pela Sociedade Interparlamentar pro Governo Mundial, a reunir-se em Londres, e que a citada Comissão julgara oportuno o Senado enviar representação.

O Sr. 1.º Secretário manifesta-se contrário à ida de mais representantes, visto não dispor o Senado de numerário para fazer face a novas despesas dessa ordem.

A fim de proceder à concorrência administrativa para aquisição de material de expediente, declara o Senhor Vivaldo Lima que o Senado pedira a seis firmas a remessa de preços dos artigos indispensáveis. Somente duas — Herculanô Costa e Papelaria Brasil Ltda. — responderam. Uma terceira, por considerar impossível manter durante seis meses os mesmos preços, desinteressava-se do assunto.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti propõe seja publicado edital para que se apresentem outras firmas.

Dada a urgência da aquisição do material, aprova a Comissão, sem mais delongas, a proposta de Herculanô Costa, que dos 67 itens enumerados oferecera melhor preço para 63, ficando, no entanto, estabelecido que futuramente a coleta de preços se fará por meio de edital.

Depois de longamente debatida a deficiência de som no plenário, fica o Sr. 1.º Secretário incumbido de contratar técnico para o serviço até que seja instalada a nova aparelhagem idealizada.

De acordo com o deliberado em reunião anterior, o Sr. Vivaldo Lima apresenta projeto extinguindo o cargo de Mecânico criado pela Resolução n.º 4-55.

Sua Excelência apresenta, em seguida, a redação final do Projeto de Resolução n.º 19-55, que dispõe sobre a organização das bancas examinadoras dos concursos do Senado.

E, por fim, devolve o processo referente às promoções na Taquigrafia, concordando com o parecer do Senhor Neves da Rocha.

Dado o adiantado da hora, fica a deliberação adiada para a próxima reunião.

Em seguida, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Luiz Nabuco, Diretor Geral e Secretário da Comissão a presente ata.

ATA DA 91.ª SESSÃO, DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 23 DE JULHO DE 1956

PRESIDÊNCIA DO SR. APOLÔNIO SALLES

SUMARIO

DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Gilberto Marinho — Justificou emenda de sua autoria ao Projeto de Lei da Câmara que dispõe sobre a Auditoria da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.
Senador Novaes Filho — Considerações em torno da política externa do Brasil.
Senadores Caiado de Castro, Othon Múder e Lima Teixeira — Encaminhando a votação do Requerimento n.º 412, de retirada da ordem do dia, do Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1956.

MATERIAS VOTADAS

Projetos de Decreto Legislativo:
N.º 60, de 1955, originário da Câmara dos De-

putados, que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do termo celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Siniscalchi Allicino Ltda., para a construção de um prédio destinado à agência posta-telegráfica de Aparecida no Estado de São Paulo. (Aprovado).

N.º 57, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, assinada na Conferência Internacional reunida em Haia de 21 de abril a 12 de maio de 1954. (Aprovado).

Requerimento n.º 412, de retirada da ordem do dia, para audiência do Ministro do Trabalho, do Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1956. (Aprovado).

MATERIA ADIADA

Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1955, que restabelece, em novos moldes, a aposentadoria ordinária, dispõe sobre a aposentadoria por invalidez, dos trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências.

Comparecimento:
48 Srs. Senadores.

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS
ACHAM-SE PRESENTES OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Prisco dos Santos. — Alvaro Adolpho. — Sebastião Archer. — Assis Chateaubriand. — Mendonça Clark. — Onofre Gomes. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Kerginaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Ruy Carneiro. — Argemiro de Figueiredo. — Apolônio Sales. — Novais Filho. — Ezequias da Rocha. — Freitas Cavalcanti. — Maynard Gomes. — Neves da Rocha. — Ovidio Teixeira. — Lima Teixeira. — Carlos Lindenberg. — Art Viana. — Paulo Fernandes. — Tarcisio Miranda. — Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Bernardes Filho. — Benedito Valadares. — Coimbra Bueno. — Sylvio Curvo. — Othon Mäder. — Gaspar Velloso. — Alô Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Francisco Gallotti. — Daniel Krueger. — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

O Sr. Francisco Gallotti, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 2.º Suplente servindo de 3.º Secretário, lê o seguinte

Expediente

AVISO

Do Sr. Ministro da Fazenda número 549, comunicando estar envidando esforços no sentido de serem ultimados os esclarecimentos a que se refere o Requerimento n. 104 de 1955, do extinto Senador Lúcio Bittencourt.

OFÍCIOS

Do Sr. Alvaro Lins, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, acusando e agradecendo recebimento do de n. SF-59, de 16 do corrente, acompanhado de um dos autógrafos da Emenda Constitucional n. 3, de 1956.

Do Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, encaminhando cópia do anteprojeto de lei do cheque e do relatório sobre o mesmo, de autoria dos Drs. Trajano de Miranda Valverde, Hahnemann Guimarães e Eduardo Theila, aprovados pelo mesmo Instituto em 22 de agosto de 1946, e enviados à Câmara dos Deputados, onde serviram de base à apresentação do projeto n. 27-82, em curso no Senado.

Do Conselho dos Contribuintes de Pernambuco, pedindo seja dado conhecimento aos membros da bancada pernambucana no Senado de que aquele órgão, em sessão de 23 de junho último, aprovou voto de congratulação com Suas Excelências pela patriótica atuação que tiveram em defesa dos legítimos interesses do Estado, no caso do veto do projeto que concedia indenização pelo desmembramento do Território de Fernando de Noronha.

COMPARAECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Reginaldo Fernandes. — João Arruda. — Jargos Maranhão. — Rui Palmeira. — Júlio Leite. — Lourival Fontes. — Atílio Vivacqua. — Saulo Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, primeiro orador inscrito. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Matos, segundo orador inscrito. (Pausa).

Ausente também S. Ex.ª, dou a palavra ao nobre Senador Mendonça Clark, terceiro orador inscrito. (Pausa).

Também não está presente. Não há outro orador inscrito. Continua a hora do expediente. (Pausa).

Não havendo quem deseje usar da palavra, passo a

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n. 50, de 1955 originário da Câmara dos Deputados, que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Siniscalchi Aulicino Ltda., para a construção de um prédio destinado à agência postal-telegráfica de Aparecida, no Estado de São Paulo, tendo pareceres das Comissões de Constituição e Justiça (ns. 200 e 455, de 1956), o primeiro favorável ao projeto e o segundo apresentando substitutivo de de Finanças (ns. 201 e 609, de 1956), o primeiro favorável ao projeto e o segundo ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Em votação o substitutivo.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa).

E' aprovado o seguinte

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º E' aprovado o termo do contrato celebrado em 3 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Siniscalchi Aulicino Ltda. para a construção da agência postal-telegráfica de Aparecida, no Estado de São Paulo, ao qual foi recusado registro pelo Tribunal de Contas em 30 de dezembro de 1953.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Fica prejudicado o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(N. 25-A, de 1955, na Câmara dos Deputados)

N. 50, de 1955

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Siniscalchi Aulicino Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o ato do Tribunal de Contas, de 30 de dezembro de 1953, que recusou registro ao termo de contrato celebrado, em 3 do mesmo mês, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Siniscalchi Aulicino Ltda. para a construção de um prédio destinado a agência postal-telegráfica de Aparecida, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

O SR. PRESIDENTE:

A matéria que acaba de ser votada vai à Comissão de Redação.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n. 51, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, assinada na Conferência Internacional reunida em Haia de 21 de abril a 12 de maio de 1954, tendo pareceres favoráveis (n. 617 e 618, de 1956) das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Encerrada.

Em discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

E' aprovado e vai à Comissão de Redação, o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N. 57, de 1955

(N. 23-A, de 1955, na Câmara dos Deputados)

Aprova a Convenção para a proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, assinada na Conferência Internacional reunida em Haia de 21 de abril a 12 de maio de 1954.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São aprovados a Convenção para a proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, assinada em 14 de maio de 1954, na Conferência Internacional reunida em Haia de 21 de abril a 12 de maio de 1954, e o respectivo protocolo.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n. 15, de 1956, que restabelece, em novos moldes a aposentadoria ordinária, dispõe sobre a aposentadoria por invalidez, dos trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 91, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento do Senador Caiado de Castro, aprovado na sessão de 18 do corrente), tendo pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; Legislação Social, favorável; e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento n. 412, de 1956

Senhor Presidente:

Ao examinar o Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1956, que dispõe sobre a aposentadoria dos bancários, resolveu preliminarmente, a Comissão de Finanças, em sua reunião de 20 do corrente, consultar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Verificando que a referida proposição figura na Ordem do Dia, da Sessão de hoje, solicito as necessárias providências da Mesa no sentido de ser adiada a discussão da matéria, uma vez que a Comissão de Finanças julgou indispensáveis ao seu pronunciamento as informações, já solicitadas,

com a urgência necessária àquele Ministério, de modo a permitir que o projeto volte à Ordem do Dia ainda esta semana.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de estima e considerações.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1956. — Alvaro Adolpho — Presidente da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Conforme o Plenário acaba de ouvir, o nobre Senador Alvaro Adolpho requereu o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1956, condicionando a apreciação da matéria a parecer solicitado ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

O final do requerimento, no entanto declara que a proposição "poderá voltar à Ordem do Dia ainda esta semana".

Entende a Mesa conveniente dividir a votação do requerimento em duas partes. Em primeiro lugar o Senado se pronunciará sobre a conveniência de aguardar-se o parecer do titular do Trabalho; se aprovada, ficará prejudicada a segunda; e, a matéria só voltaria à Ordem do Dia após instruída com parecer solicitado.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Pela ordem). (Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, deliberou esta Casa na sessão de 18 do corrente, por unanimidade, incluir o Projeto n.º 15, de 1956, na ordem do dia, em virtude de haver transcorrido o prazo regulamentar para apresentação do parecer da Comissão de Finanças — artigo 91, alínea "a", do Regimento Interno.

Por força do § 1.º daquele mesmo dispositivo, aplica-se à proposição no tocante ao pronunciamento do referido órgão técnico, e também ao prazo das votações, os preceitos relativos as matérias em regime de urgência. E' o que consta do § 1.º do Art. 91 do Regimento Interno.

O parecer da Comissão de Finanças deveria ter sido emitido até 24 horas depois, nos termos dos §§ 3.º e 6.º do Art. 156, isto é, até o dia 20. A Comissão entretanto, n.º se pronunciou; decidiu solicitar diligência que, no caso, terá o prazo de 48 horas, nos termos do § 10 do referido artigo.

Desejo que V. Ex.ª, Sr. Presidente esclareça se o prazo de 48 horas, a que se refere o § 10 do Art. 156, é contado a partir do dia 18 ou da data de hoje. A dúvida surgida é a de que não se aplica, no caso, o regime da urgência. No meu entender porém, o Regimento é bastante claro.

São decorridos mais de setenta dias da entrada do processo na Comissão de Finanças.

Havendo a matéria incluída na Ordem do Dia, se, aprovassemos o requerimento do nobre Senador Alvaro Adolpho, que solicita se aguarde o pronunciamento do Ministério do Trabalho sobre o assunto, iremos começar tudo de novo.

Esta, Sr. Presidente, a questão de ordem que submeto a V. Ex.ª. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Respondo à questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Caiado de Castro esclarecendo que não se trata de projeto em regime de urgência.

Foi ele incluído em Ordem do Dia sem parecer da Comissão de Finanças, a requerimento de Sua Excelência, com fundamento no art. 91, le-

tra "a", do Regimento Interno, visto haver aquela Comissão esgotado o prazo regimental para sobre a matéria se pronunciar, sem fazê-lo.

O SR. CAIAO DE CASTRO:

(Pela ordem). — Sr. Presidente, a alínea "a", do Art. 91 do Regimento Interno diz:

"a) por deliberação do Senado, a requerimento de qualquer Senador, se transcorridos os prazos regimentais sem apresentação do parecer";

Foi o que fiz na sessão do dia 18, decorridos mais de 70 dias.

O parágrafo 1.º desse mesmo Artigo determina:

"§ 1.º) Aos projetos incluídos em ordem do dia, nas hipóteses previstas nas letras supra, aplicam-se, no tocante ao pronunciamento das Comissões e prazo para votação, os preceitos relativos à matéria em regime de urgência".

Essa a dúvida que solicito de V. Ex.ª, Sr. Presidente, esclarecer.

O SR. PRESIDENTE:

Esclareço ao nobre Senador Caiao de Castro que, no caso, não tem aplicação o § 10 do art. 156 do Regimento, por sua Sua Excelência invocada.

Diz a lei interna, no § 1.º do artigo 91, que aos projetos incluídos em Ordem do Dia nas condições em que o foi essa, se aplicam, no tocante ao pronunciamento das Comissões e prazo para votação, os preceitos relativos à matéria em regime de urgência.

Está, entretanto, bem claro, que os preceitos a aplicar são apenas esses, entre eles não figurando o do § 10 do art. 156, que diz respeito à diligências admissíveis nos projetos em regime de urgência.

Estamos diante de pedido de adiamento, mas sem tais características. Consequentemente, as disposições a aplicar são as que regem providências dessa natureza em projetos em rito normal.

A observação que se poderia fazer, contra a solicitação da Comissão de Finanças, é a de ter sido apresentada antes do seu parecer.

E, porém, orientação pacífica, firmada por Mesas anteriores, aceitar tais requerimentos antes dos pareceres.

Esse o motivo por que a Mesa fez ler e anunciou a sua votação como preliminar, antes do pronunciamento daquele órgão.

Quanto à diligência, cabe à Mesa informar que, se aprovada, não terá prazo. É claro que, se tardar a chegada da resposta ministerial, assistirá ao nobre Senador requerer, novamente, a inclusão da matéria em Ordem do Dia.

E o remédio que caberá no caso, a não ser que o plenário haja por bem rejeitar o requerimento. (Pausa).

Em votação. o requerimento.

O SR. OTHON MADER:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto n.º 15 de 1956, em discussão, já foi objeto de requerimento de urgência, formulado pelo ilustre representante do Distrito Federal, Senador Gilberto Marinho e outros Srs. Senadores, e recusada pelo plenário, por se tratar de matéria da mais alta relevância e de grande complexidade.

A aposentadoria dos bancários já foi objeto de projeto anterior, vetado pelo Sr. Presidente da República, exatamente sob o fundamento de que se tratava de matéria relevante e difícil, estando várias Comissões

incumbidas de estudar o assunto. A proposição deveria passar por todos os trâmites legais e sofrer sua marcha em plenário. Esta a razão por que foi recusada a urgência solicitada pelo eminente Senador pelo Distrito Federal.

A Comissão de Finanças esteve ocupada, durante mais de um mês, quase diariamente e até altas horas da noite, com o estudo dos projetos relativos aos Lucros Extraordinários e à Reforma do Imposto de Renda. Depois de resolvidos esses dois assuntos, a Comissão deixou de reunir-se por duas vezes consecutivas, não tendo sido possível apreciar-se o projeto relativo à aposentadoria dos bancários. Somente na última reunião, no dia 20 p. passado, voltou a reunir-se, e, deliberando sobre a matéria, julgou indiscutível, dada sua complexidade, pedir o parecer dos órgãos atuantes do Ministério do Trabalho, quer do Departamento Nacional de Previdência Social, quer do Departamento Actuarial. Esta resolução foi unânime. Somente depois de ouvidos esses órgãos do Ministério do Trabalho, poderia o projeto receber parecer da Comissão de Finanças.

Não houve, como querem crer alguns, qualquer displicência ou retardamento proposital naquela Comissão. Sua demora está mais do que justificada.

Ainda ontem, o Presidente da República em exercício, Sr. João Goulart, baixou decreto, concedendo mais 45 dias à Comissão encarregada de estudar a reforma da Previdência Social, a fim de oferecer seu parecer.

Existem na Câmara dos Deputados dois projetos sobre a aposentadoria dos bancários, sendo um de autoria do Deputado Celso Peçanha, e que está tramitando por todas as Comissões.

Ora, resolvermos sobre a perna, como se pretende, casos como esse, tão complexo, é inteiramente impossível; a menos que queiramos errar outra vez, sofrer novo veto do Sr. Presidente da República.

Existe na Câmara dos Deputados outro projeto sobre o mesmo assunto, em regime de urgência, que certamente será aprovado, de autoria do ilustre Deputado Aluisio Alves.

Por todas essas razões, entendo que a decisão da Comissão de Finanças foi a mais criteriosa, ponderada e acertada possível, pedindo que, sobre o assunto, se manifeste o Poder Executivo, através dos seus órgãos oficializados.

Não há, pois, como pensar alguém tenha havido objetivo de retardar ou protelar o andamento da matéria.

Nosso pensamento foi o de fazer lei que possa efetivamente ser aplicada e não fazer demagogia, elaborando lei que não poderá ser cumprida.

Assim, entendo que o parecer da Comissão de Finanças, assinado pelo seu eminente Presidente, Senador Alvaro Adolpho, deve ser aprovado pelo plenário. (Muito bem).

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, acabo de ouvir a leitura, a que V. Ex.ª mandou proceder, do requerimento da Comissão de Finanças, que pede a audiência do Sr. Sr. Ministro do Trabalho, relativamente ao projeto que se discute.

Estou convencido de que conheço muito bem o pensamento do nobre representante carioca, Senador Caiao de Castro. Por isso mesmo solicito de V. Ex.ª submeta ao Plenário a primeira parte do requerimento (Muito bem) o Titular do Trabalho em prazo exíguo, oferecerá seu parecer a respeito da matéria, não retardando — essa a preocupação do nobre Senador Caiao de Castro —

a marcha do projeto, cuja permissão demorada na Comissão de Finanças deu origem ao requerimento de S. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a primeira parte do requerimento.

Os Senhores Senadores que concordam se aguardem reposta à consulta da Comissão de Finanças ao Sr. Ministro do Trabalho, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada a primeira parte do requerimento, e, consequentemente, prejudicada a segunda.

O projeto sai da Ordem do dia, para aguardar informações.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, primeiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais orador inscrito.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, aproveito o ensejo de haver poucos oradores inscritos na sessão, de hoje para tecer ligeiros comentários sobre o assunto que está na ordem do dia, em nosso País — o das críticas e reservas à política externa do Brasil e ao ideal panamericanista.

Lerei, a propósito, para que se consigne em nossos Anais, o depoimento brilhante e magistral do Embaixador João Neves da Fontoura, sob o título "Em defesa da política externa da República".

Não há negar que nossa maneira de conduzir as relações internacionais oferecerá, certamente, debilidades, deficiências senões, algumas talvez de grande relevo. Para sermos sinceros entretanto, reconheçamos que no regime presidencialista, onde a escolha dos Ministros depende exclusivamente da vontade, da preferência do Presidente da República, pasta há que tem sido de certo modo feliz, poupando-se às improvisações, à mediocridade e à ignorância, que tantas vezes têm prejudicado os diversos Ministérios.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muita satisfação.

O Sr. Gomes de Oliveira — É inegável que pelo Itamarati têm passado ilustres personalidades.

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato pelo autorizado depoimento de V. Ex.ª, uma das mais altas e serenas figuras desta Casa.

Sr. Presidente, se lançarmos uma vista retrospectiva para a atuação do Itamarati desde o Segundo Império, com Paulino de Sousa, com aquele baiano chelo de talento, de cultura e de atuação que foi o Barão de Cotegipe, com os dois Rio Branco; e se pentrarmos a República através dos magníficos homens públicos e diplomatas de carreira, que têm ascendido ao Ministério das Relações Exteriores, certamente nenhum brasileiro com sentido nítido de justiça negará haja o Itamarati sido sempre feliz, tendo à frente para orientar seus trabalhos, brasileiros insígnies, servidos de cultura e de talento, outros, levando para a pasta larga experiência e grande espírito de observação.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.ª dá licença para uma aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Li, também, com todo o cuidado a refutação admirável feita pelo Sr. João Neves da Fontoura ao discurso, inconveniente a meu ver, pronunciado pelo líder da Maioria da Câmara dos Deputados, compreendi que o nobre Deputado Vieira não estava a par da real eficiência do Ministério das Relações Exteriores, na direção do que gerações de estadistas se têm sucedido, todos com altos e eficazes trabalhos em prol do Brasil. O Sr. João Neves da Fontoura, pondo tudo em pratos limpos, como se diz, realizou trabalho admirável; e o Brasil lhe fica a dever grande reverência por esse trabalho, magnífico.

O SR. NOVAES FILHO — Obrigado pelo aparte do eminente colega, representante do Ceará.

Sr. Presidente, a existência de funcionários na nossa carreira diplomática sem a necessária eficiência, sem a desejada preparação para o exercício das funções de que são investidos, e de alguns outros que evidenciam depressões de espírito, de caráter ou de formação, esses prejuízos, esses senões até hoje não tiveram forças para deslustrar nem para impedir o alto e bom sentido dos trabalhos realizados pela nossa pasta das Relações Exteriores.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Na realidade, a orientação política seguida pelo Itamarati tem sido inalterada, por isso mesmo, o Brasil desfruta de prestígio através do Ministério das Relações Exteriores, como tive ensejo de observar na ONU e na Organização dos Estados Americanos. Leve-se em consideração, sobretudo, a alta política e a orientação segura do Itamarati com sequência através dos anos, sem que tenha havido, até o momento, qualquer modificação. Assim tem-se firmado o conceito do Brasil, quer na ONU, quer na Organização dos Estados Americanos.

O SR. NOVAES FILHO — Obrigado pelo apoio que meu prezado amigo e companheiro Senador Lima Teixeira traz aos pontos de vista que estou expendendo perante o Senado da República.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.ª outro aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — O discurso proferido pelo líder da Maioria na Câmara dos Deputados, não foi bem interpretado. O Deputado Vieira de Mello jamais se manifestou contra o panamericanismo. S. Ex.ª, através da imprensa, fez retificações às notícias veiculadas. Assim, não procedem as críticas feitas àquele nobre líder.

O SR. NOVAES FILHO — Quanto à segunda intervenção do nobre representante da Bahia, devo apenas dizer que, apesar de ter de referir-me ao depoimento notável do Embaixador João Neves da Fontoura, prestado a propósito do discurso do líder da Maioria na Câmara dos Deputados, não era nem o meu pensamento ocupar-me desse discurso, mesmo porque já estou um pouco avançado nos anos para dar atenção às coisas surgidas da inteligência dos novos.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex.ª tem obrigação como representante do povo, de continuar a cuidar de tudo porque é, incontestavelmente, homem de cultura. Devo, pois, continuar trabalhando para o bem do país.

O Sr. Gomes de Oliveira — Os meus moços devem, às vezes, intervir, para evitar ímpetos demasiados dos mais novos.

O Sr. Fernando Távora — Mais esse aspecto.

O SR. NOVAES FILHO — Tenho cuidado ao debater com os homens novos porque são muito trepidantes, muito sonhadores. Ainda não passaram, como nós, pelo crivo das decepções. Assim, poupo-me, preferindo discutir com os homens da minha geração os assuntos da transcendência, da importância e da responsabilidade deste que agora estou afluando.

O Sr. Fernandes Távora — Se decepções fizessem calar eu já estaria mudo há muito tempo.

O SR. NOVAES FILHO — Obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Othon Mäder — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Othon Mäder — Dada a importância do artigo do Embaixador Neves da Fontoura, sugeriria a Vossa Excelência sua transcrição no Diário do Congresso, para conhecimento do povo brasileiro.

O SR. NOVAES FILHO — Veio V. Ex.^a ao encontro de meu desejo.

Sr. Presidente, se hoje me ocupo do assunto que está, realmente, atualizado é, porque, durante dois anos pertencei a Comissão de Relações Exteriores do Senado e tive ensejo de melhor familiarizar-me com os problemas da nossa política exterior, de melhor sentir o empenho patriótico e o profundo desejo de acertar sempre presente nos homens que dirigem e comandam o Itamarati.

Quanto às deficiências de alguns funcionários do corpo diplomático, ninguém as poderá negar. São, porém, deficiências que existem em nosso país como em todo o mundo. Nosso corpo diplomático é até muito bem se considerarmos que sempre se organizou através, exclusivamente, do critério do «pistolão».

Alguns rapazes que não se adaptavam à Medicina, ao Direito, à Farmácia, à Odontologia; engenheiros, geógrafos membros de importantes famílias com raízes na política brasileira eram encaminhados ao Itamarati, a fim de experimentar se davam para a diplomacia desde que não aprofundaram nas carreiras que haviam abraçado.

A vista da apresentação de valiosos cartões ingressavam na carreira diplomática.

Assim também, moços que julgavam ter vocação para o Exército ou para a Marinha e logo se enfadavam daquelas lições; do acordar muito cedo, das marchas obrigatórias e que se diziam sem jeito para tamanhas responsabilidades, eram, por suas famílias, destinados à carreira diplomática.

Realmente, hoje, encontramos no Itamarati jovens sem vocação, sem entusiasmo, sem elan para a diplomacia, desconhecedores dos seus problemas, sem a preparação técnica e cultural indispensável para serem bons funcionários.

Sr. Presidente, ainda nesse ponto merece o Itamarati o nosso respeito, a nossa exaltação.

Em 1946, no Governo do eminente brasileiro Presidente Eurico Gaspar Dutra, o Embaixador João Neves da Fontoura deu nova estruturação ao Instituto Rio Branco traçando-lhe rumos seguros e energéticos. Está ele hoje preparando gerações magníficas de diplomatas, homens que se poderão apresentar nas reuniões mais exigentes, em qualquer centro adiantado do mundo, porque levam admirável cabedal de cultura para a representação do Brasil.

O Sr. Cunha Mello — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Pois não.

O Sr. Cunha Mello — O nobre colega tem razão. Diversos rapazes formados pelo Instituto Rio Branco estão servindo, com êxito, a diplomacia brasileira.

O SR. NOVAES FILHO — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a que vem prestar grande concurso às minhas palavras.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Apesar de todas as deficiências a que V. Ex.^a aludiu, forçoso é reconhecer que a nossa diplomacia teve rumo seguro. Demonstraram-no sobejamente as campanhas que sustentamos, quer durante a Monarquia, quer durante a República. Incontestavelmente pretendeu o Deputado Vieira de Mello dizer que deveríamos, agora, tomar rumo diferente, o que, aliás, não me parece de forma alguma aceitável, pois contrário aos Estados Unidos da América do Norte. É o que se evidencia do discurso de S. Ex.^a. Devemos prosseguir no linha que vinhamos mantendo em tudo aquilo que diz respeito aos interesses do País. Felizmente, há uma sequência de homens que não se desviaram desse roteiro e praza a Deus nele continuem.

O SR. NOVAES FILHO — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a

Aliás, no início do meu discurso frisei que as deficiências desses funcionários, saídos de diferentes atividades e transformados, de uma hora para outra, em membros de carreira diplomática, não prejudicaram a linha mestra, eretoriosa e patriótica, traçada pelo Itamarati. Esses senões e deficiências dentro de alguns anos, estarão corrigidos, através do Instituto Rio Branco.

O Sr. Fernandes Távora — Incontestavelmente, foi um grande serviço prestado ao Brasil pelo Embaixador João Neves da Fontoura.

O SR. NOVAES FILHO — ... ao qual está ligado o nome do Ilustre Embaixador João Neves da Fontoura. É a academia diplomática única...

O Sr. Fernandes Távora — Na América do Sul.

O SR. NOVAES FILHO — ... em nosso Continente, a reger-se por normas severas.

Já de outra feita, Sr. Presidente, desta tribuna del depoimento ao Senado de que para o último concurso aberto no Instituto Rio Branco se inscreveram cento e trinta e todos rapazes brilhantes, servidos de cultura, porque, a não ser assim, ninguém terá a audácia de se submeter às provas daquele estabelecimento. Pois bem; desses cento e trinta, apenas dezesseis foram aprovados. E eu, que por circunstâncias especiais, de perto acompanhei aquele concurso, pude sentir a sua severidade, o seu rigor que eu próprio considero excessivo quanto às exigências das cadeiras de Inglês, Francês, Português, Direito Internacional Público, Economia e História. Era, Sr. Presidente, verdadeiro concurso, não para inscrição numa Escola, mas para a cátedra em qualquer estabelecimento de ensino, tantas as exigências e tão difíceis as provas.

Sr. Presidente, merece o Itamarati elogios dos próprios brasileiros, que verificam haver ele abandonado o caminho fácil do «pistolão» e estabelecido moldes mais rígidos, exigentes, para o acesso à carreira diplomática.

O Sr. Gomes de Oliveira — Dentro do critério do merecimento.

O Sr. Lima Teixeira — Há muito tempo assim se processa.

O SR. NOVAES FILHO — Perfeitamente.

Não só quanto à parte intelectual. Os exames e testes da técnica moderna, a que são submetidos os candidatos, excluem todos aqueles que tenham qualquer depressão de caráter, de formação moral, de más tendências de espírito, tibiidade, complexos e recalques.

O Sr. Gomes de Oliveira — Passam por um exame psicotécnico oportuno.

O SR. NOVAES FILHO — Atualmente os exames obedecem a processos modernos, os quais redundam no maior benefício para as inscrições no Instituto Rio Branco.

Dentro de alguns anos, o Brasil honra seja feita ao Itamarati — se apresentará na vida diplomática universal, com uma equipe magnífica de cidadãos brilhantes e cultos, profundos conhecedores dos mínimos pormenores da vida árdua e de responsabilidade na carreira diplomática.

O Sr. Cunha Mello — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Cunha Mello — Com a vantagem de, após o curso, se aprovados fizerem, durante dois anos, gratuitamente, um estágio probatório.

O SR. NOVAES FILHO — Perfeitamente.

O Sr. Lima Teixeira — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Perdô-me o nobre colega, parece que me havia solicitado licença para um aparte, anteriormente. Fica essa minha atitude por conta da nossa velha cordialidade e estima.

O Sr. Lima Teixeira — Obrigado a V. Ex.^a. Há muito tempo foi abolido o critério do «pistolão», para o ingresso na Itamarati. A prova está em que dispõe de um pupilo de homens brilhantes e de mérito. É o resultado do provimento dos seus cargos iniciais por concurso.

O SR. NOVAES FILHO — O regime do «pistolão» não foi abolido há tanto tempo quanto supõe V. Ex.^a. Campeou em plena República. Depois, estabeleceram um simulacro de concurso, pois não era bem concurso, dentro das linhas e das exigências do Instituto Rio Branco. O novo regime só começou em 1946.

O Sr. Cunha Mello — Permite Vossa Excelência mais um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Cunha Mello — Fazendo justiça, devemos reconhecer que os concursos feitos pelo DASP, se não são perfeitos, estão muito aproximados da perfeição. Acabaram eles com o regime do filhotismo e do «pistolão». Nesse ponto, temos melhorado muito, no Brasil, ultimamente.

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato pelo aparte de V. Ex.^a

Sr. Presidente, a orientação da Pasta das Relações Exteriores tem sido sempre tão segura, inteligente e superior, que muitos dos que ingressaram na carreira apenas levados pelo «pistolão», ao influxo daquelas correntes magníficas de patriotismo, e sãudez e transformaram-se em excelentes diplomatas. Se lançarmos a vista sobre o quadro de nossos Embaixadores, encontraremos homens verdadeiramente capacitados a exercerem a missão que lhes foi confiada, embora não venham da época salutar dos concursos.

O Sr. Cunha Mello — Não surgem da noite para o dia homens da estatura de Rio Branco, Nabuco e outros, que honraram o Itamarati.

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato ao nobre colega.

O Sr. Cunha Mello — Estou apenas colaborando com V. Ex.^a

O SR. NOVAES FILHO — Já que V. Ex.^a cita o nome de Joaquim Nabuco, devo dizer que é ele muito caro a nós, pernambucanos.

O Sr. Cunha Mello — Como o de Oliveira Lima.

O SR. NOVAES FILHO — Outro grande diplomata. Desejo, no entanto, lizar-me na apreciação da personalidade de Joaquim Nabuco, a que acaba de aludir o eminente Senador Cunha Mello. Foi ele daqueles homens — não só no Brasil, mas, no mundo que deram o máximo de resistência, cultura, valor e prestígio para revigorar os elos do Pan-Americanismo.

Nabuco e Rio Branco uniram-se numa obra notável em prol desse ideal, tanto assim que a terceira Conferência se realizou, se não me falha a memória, neste próprio recinto, emprestando-lhe Nabuco todo o vigor do seu talento, da sua experiência, dos seus estudos e da sua cultura.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.^a, permite mais um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Permita-me V. Ex.^a repetir uma frase a respeito de Joaquim Nabuco, revivendo conceito que sobre ele fez o Conde de Goubernanthes, no seu «Dicionário Biográfico Universal»: «Foi um dos mais altos e nobres espécimes de grandeza humana». — O nobre colega há de convir em que não se poderia dizer mais de um homem.

O SR. NOVAES FILHO — Sr. Presidente, se, através das obras de Joaquim Nabuco, somos obrigados a nele reconhecer homem de extraordinário talento, de larga visão, lançador de idéias perfeitamente atualizadas, não poderemos deixar de seguir, sobretudo nós filhos da terra pernambucana, seus ensinamentos, sua pregação, todos os seus esforços e conselhos em prol do revigoramento, cada vez maior, do Pan-Americanismo.

O Sr. Cunha Mello — Permite Vossa Excelência mais um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Cunha Mello — Entre os serviços prestados por Nabuco, cito um, que é da atualidade — a vitória do laudo proferido na Questão do Amapá. Devemos este resultado ao trabalho diplomático de Joaquim Nabuco e do Barão do Rio Branco.

O SR. NOVAES FILHO — V. Excelência lembra muito bem o trabalho extraordinário de Joaquim Nabuco e do Barão do Rio Branco, nessa questão. Resolvendo, sem sangue e sem lutas, nossas pendências de limites, prestaram à República um dos serviços que lhes reservaram a maior e mais verdadeira popularidade de que têm gozado, eminentes filhos de nossa Pátria.

Sr. Presidente, não creio que Nabuco e Rio Branco — que no campo da política exterior prestaram insígnies serviços à nacionalidade e se revelaram homens de excepcional sentimento e de qualidade superiores — se tenham ludibriado e deixado conduzir apenas por um mundo de falsas fantasias. Não! Trabalharam, consciente e sinceramente, pelo Panamericanismo; traçaram roteiros seguros e encaminharam-se, em verdade, nas diretrizes mais úteis e necessárias à vida internacional do Brasil!

Sr. Presidente, o depoimento prestado pelo eminente Embaixador João Neves da Fontoura, é tão brilhante, tão rico de detalhes, tão imparcial, tão sereno, tão isento de quaisquer sentimentos mesquinhos de paixão ou de vaidade, que eu me dispensei de comentários sobre o assunto. Passo a lê-lo para que conste do meu discurso e figure nos Anais, para apreciação dos Senhores Senadores. Nós, do Senado, temos o dever indeclinável de acompanhar, de perto, tudo que diz respeito à política exterior do Brasil, ex-vi dos próprios

dispositivos constitucionais. Em outros centros e outros órgãos, poderão passar à margem as questões que se ligam à política exterior do nosso País: ao Senado, entretanto, não! Aqui, têm que ser debatidas, examinadas, apreciadas com o maior cuidado e o mais alto sentimento patriótico, porque nos incumbem, neste setor, grandes responsabilidades.

O Sr. Cunha Mello — Entre outros motivos, pela solidariedade que damos à escolha dos embaixadores do Brasil, no exterior.

O SR. NOVAES FILHO — Diz V. Exa. muito bem.

Sr. Presidente, assim se pronunciou o Embaixador João Neves da Fontoura:

«Ministro das Relações Exteriores por duas vezes no último decênio, julgo-me obrigado a oportunos reparos ao discurso recentemente proferido pelo brilhante Deputado Vieira de Melo, na solenidade de posse do novo presidente do PSD.

Fique logo claro que não considero reprovável nem passível de menor reserva quem quer que discorde dos rumos, ditos tradicionais, da política externa do nosso País. Muito menos entendo que esta, na forma por que vem sendo praticada, constitua dogma insuscetível de sofrer a pressão circunstancial do tempo e da oscilação dos interesses nacionais, naturalmente sujeitos a variações. Embora não seja compreensível, nem aconselhável que uma Nação, por amor ao seu bom nome, viva modificando, ao sabor das flutuações eleitorais, suas diretrizes no plano internacional, nem por isso está ela adstrita à imobilidade no trato com os outros povos. Neste capítulo o mais elementar senso comum recomenda um critério de equilíbrio entre o delirante cortejo dos cataventos e a intransigência do minosseísmo, expressão política da arteriosclerose generalizada, que atacando os indivíduos quanto às coletividades».

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muita satisfação.

O Sr. Fernandes Távora — Verifique-se, pela leitura que V. Exa. está fazendo, que o Embaixador João Neves da Fontoura procurou evitar toda e qualquer complicação externa para o nosso País.

Admite, S. Exa. — e isto não é dogma — que tudo quanto se tem feito na administração do Itamarati pode ter sido erros, mas no bom sentido, de quem não desejava errar, mas acertar.

O Sr. Novaes Filho (Lendo):

«A bem dizer nem existem concepções fundamentalmente diferenciais entre a política interna e a externa. Estou falando da política no grande sentido, não da política calha ou da demagogia personalista. Fazendo, há anos, uma conferência perante a Escola de Estado-Maior da Aeronáutica, sustentei que: «Em essência, não há duas políticas, mas uma só. Apenas os estilos e as jurisdições variam. E' como se ambas formassem as duas esfigies aparentemente opostas da mesma medalha. Evidentemente cada uma delas tem seu cunho, sua fisionomia, seu campo específico de aplicação privativo, inconfundível. E', porém, tão profunda a interpenetração em múltiplos aspectos de cada um dos problemas humanos e coletivos que só se pode cindirlos por método didático ou por necessidade de compreensão».

O direito público é único. E única também a política do Estado. A jurisdição é que é dupla — a que se exerce dentro das fronteiras e a que estabelece o estilo da convivência com os demais Estados.

Sob ângulo diverso, ninguém ignora que as linhas de uma política exterior nunca são cerebriñas. Jamais Nação alguma traçou sua orientação em relação às outras pelos ofícios de um brain trust, que se fechasse numa sala para elaborá-la e ditá-la aos seus compatriotas. Toda gente sabe que uma política externa é fruto de um conjunto de peculiaridades, desde as geográficas até as culturais e econômicas. Napoleão dizia — «La géographie commande». Uma política externa não se escolhe, não se encontra nos livros, não se encontra em exposição nas vitrinas. E' imposta a cada povo, como o clima. Tudo quanto se pode fazer é dar-lhe estilo, plasticidade, influir nos seus lances, conduzi-la sem contrariar os decisivos fatores que a produzem. Em suma: uma política externa não é obra de arte, mas da natureza interpretada pelo homem.

Seria rematada loucura querer, por teimosia, por motivos ideológicos, seja lá pelo que for que o Brasil e a Coreia, por exemplo, adotassem, fora de algumas regras comuns a todos os povos, as mesmas diretrizes no plano internacional. São dois países tão antipodados do ponto de vista geográfico quanto político.

Nem mesmo objetarei ao fato, um pouco esquisito, de ser o Deputado Vieira de Melo, que tão implacavelmente arrasou ou pretendeu arrasar o teor da política externa do nosso País, o líder da maioria perante a Câmara dos Deputados. A presunção natural é que o líder é o porta-voz, o representante parlamentar do Governo, o explicador de sua orientação. E, até certo ponto, um dos inspiradores da sua conduta. A não ser assim, estaria o Governo na iminência de se ver, em dado momento, indefeso e abandonado, porque, na hora crítica, quando se esperava que o líder advogasse a causa do seu mandante, já o veríamos surgir na tribuna da oposição! Aliás, já ocorreu coisa semelhante com a emenda parlamentarista: o senhor Vieira de Melo era subscritor e partidário da emenda; o Presidente Kubitschek, contra. Acabou o General Teixeira Lott cortando o nó górdio... com o discurso de Ouro Preto!

Meu intuito também não é fazer coro os amigos do Presidente da República que estão lapidando o Sr. Vieira de Melo. Esse é problema de natureza interna do situationismo, a que sou estranho. Proponho-me simplesmente a analisar algumas das proposições do orador, as quais me parecem inteiramente heréticas, quando não inexatas, tanto em face da realidade quanto da fundamentação histórica.

2 O alvo principal do ataque foi a posição do Brasil no hemisfério. Acha o Sr. Vieira de Melo que o panamericanismo é uma doutrina concebida no instante em que era indispensável proteger as Américas contra a rapinagem das potências colonizadoras, e que se pretendia sobreviver em um mundo dividido em dois blocos, em uma

época em que o mapa político do universo assinala a existência de apenas dois continentes, o dos Estados Unidos da América e o da União Soviética» (os destaques são meus). Partindo desse erro de pressuposto, o ilustrado líder sustenta que, por nos termos filiado ao sistema continental, «perdemos a magnífica posição de liderança, que, ao alvorecer deste século, desfrutávamos no quadro sul-americano».

Mais claro ainda prossegue o Senhor Vieira de Melo: «Foi essa vocação pelo belo inútil que nos levou a abandonar as linhas mestras da nossa política exterior, que o Imperador nos legara, criada por Paulino de Sousa e brilhantemente desenvolvida por Cotegipe, pelos dois Rio Branco e por tantos outros, política inspirada no princípio lógico de que, sem uma posição definida e vigorosa no quadro continental sul-americano (meus os destaques), não poderíamos aspirar aos papéis mais relevantes».

Para que não restasse uma sombra em torno dos seus pensamentos, o autorizado líder acrescenta que «o pan-americanismo é uma prova de nossa invencível vocação para os comportamentos sentimentais e quixotescos».

E que fez, segundo o nobre censor, a diplomacia da República, renunciando (laissez passer) a política externa da Monarquia? A resposta a fornece S. Exa., com os devidos condimentos: «Quem se der ao trabalho de comparar a magnífica posição de liderança (sic), que ao alvorecer deste século desfrutávamos no quadro sul-americano com a que hoje ocupamos, VERIFICARÁ COM TRISTEZA QUE SOMOS INCAPAZES DE ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS E DE NOS ADAPTARMOS AS EXIGÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA CRIADA POR DOIS CONFLITOS MUNDIAIS» (meu o destaque).

O Deputado bainano, se não omite o diagnóstico da situação, muito menos deixa de receitar o remédio: «Está vago o lugar que o destino nos reservou no equacionamento político e econômico sul-americano. E' NECESSÁRIO QUE O TORNEMOS A OCUPAR» (meu o destaque).

Como se vê, depois de mais de sessenta anos de regime republicano, um porta-voz governamental apresenta-se no palco político empunhando uma bandeira saudosista: temos de assumir o comando da América Latina! Isto dito por qualquer um não teria senão o efeito de um absurdo sem riscos. Na boca do líder do nobre Presidente da República e falando numa assembleia nitidamente majoritária, presente o Chefe da Nação, assume as características de perigosa inconveniência, porque os nossos vizinhos podem acabar acreditando que o Brasil está animado de uma detestável mentalidade imperialista e se prepara para apascentar as outras deztoit Reptilicas latino-americanas, coisa com a qual elas provavelmente não estarão de acordo.

Casualmente o S. Vieira de Melo é líder. Deveria saber com segurança que ninguém se nomeia líder. Líder é quem conquista essa posição pelo acordo e aclamação dos seus pares. Nunca pela força. Menos pela ameaça ou a astúcia.

3 No exame das teses do dirigente majoritário, comecemos pelos seus equívocos na conceituação histórica e política do pan-americanismo. S. Ex. partiu do mais falso dos pressupostos, confundindo lamentavelmente o pan-americanismo com o monroísmo. O pan-americanismo tem suas nascentes não na mensagem do Presidente Monroe, mas na ação de Bolívar. A Doutrina de Monroe é ato posterior ao início da pregação e ação bolivarianas. Sem dúvida fortaleceu a iniciativa do Libertador, mas não constitui a raiz do que se tornou mais tarde o sistema continental. Muito antes do Congresso de Panamá, Bolívar já enviara plenipotenciários às outras nações latino-americanas, com instruções para se tentar uma organização federativa do Novo Mundo. Nem mesmo acertou o Senhor Vieira de Melo quando disse que a decisão de Monroe foi endereçada à proteção das Américas «contra a rapinagem das potências colonizadoras europeias». J. M. Yepes, que é o grande teórico do pan-americanismo, escreveu em seu recente livro: «A Doutrina de Monroe não foi exclusivamente, como erradamente se crê, um obstáculo à futura colonização das terras americanas por potências de outros continentes. Ela constitui, antes de tudo, uma proteção das instituições republicanas e democráticas da América contra o proselitismo de certas nações autocráticas da Europa de então, dominada pela Santa Aliança».

4 Seja como for, o pan-americanismo não descende de Monroe, mas de Bolívar. Isso é que é substancial. Durante largos anos, morto Bolívar, a idéia permaneceu em estado de simples aspiração coletiva. Retomada a corrente em 1889, na Primeira Conferência Internacional Americana, rápida foi a ressurreição do sonho bolivariano. Pode-se dizer que ele se converteu em realidade no ano de 1906, nesta capital, sede da Terceira Conferência, por iniciativa do Barão do Rio Branco, com sua assistência, com seus dois discursos, na abertura e no encerramento, com a luminosa presidência de Nabuco. Se há, em matéria de política internacional, uma obra com a visível imprimação brasileira, é o pan-americanismo. Poderíamos até, como demonstrei mais de uma vez, reclamar a prioridade da idéia contra o próprio Libertador, fazendo-a remontar ao pai da diplomacia brasileira — Alexandre de Gusmão — o santista que foi o inspirador do Tratado de 1750, onde pela primeira vez se alude à «política de boa-vizinhança» entre os súditos de Portugal e Castela, neste hemisfério, que deveriam viver em paz, ainda quando as duas coroas peninsulares estivessem em estado de guerra!

Tudo está assim provando o grave equívoco do eloquente líder da maioria, pois o sistema pan-americano, ao contrário de ser «exemplo típico desta nossa vocação para os comportamentos sentimentais e quixotescos», como S. Exa. afirmou num lance patético, é um sistema de convivência regional de nações, que tem evitado, para esta parte do mundo, o terrível impacto de anarquia internacional, que periodicamente avassala outros continentes. Mais do que isso: de simples anelo filosófico, de obra con-

suetudinária, de massa sem forma, saída de congressos e conferências, acabou aprovando em Bogotá uma Carta institucional, que tem todos os aspectos de uma Constituição entre povos livres. E aquele pacto está em pleno vigor, por ter sido ratificado por número muito superior a dois terços das nossas Repúblicas, inclusive o Brasil. Quem sabe se até com o qualificado voto do fulgurante orador da festa do PSD?

5 Mas que pretende o Sr. Vieira de Melo oferecer como suplente do pan-americanismo ao Brasil e ao continente? Se bem entendi o texto de seu discurso, S. Ex. deseja que a nossa chancelaria, em lugar de ser parte permanentemente cordial e ativa nos negócios, ajustes e solução dos problemas do hemisfério, assumam ou reassuma «a magnífica posição de liderança, que, no alvorecer deste século, destruíamos no quadro sul-americano».

Durante os últimos anos, li com sincero apreço vários discursos do atual líder, pronunciados na Câmara contra o peronismo e o General Peron, sua ditadura, suas ameaças à paz da América e até à nossa integridade. Pois, surpreendentemente, nesse passo, depois da queda estrepitosa do último caudilho plantino, eis que o Sr. Vieira de Melo quer que o Brasil o substitua, no comando (que graças a Deus e muito graças à ação do Itamarati, nunca exerceu senão no verbalismo frondoso das manifestações do CGT na Praça de Maio) das demais Nações desta parte do hemisfério!

Ninguém ignora que a base doutrinária do peronismo residia no manifesto confidencial do G.O.U. (Grupo de Oficiais Unidos). Aquela documento sustentava que a era das Nações estava sendo substituída pela dos Continentes. A Alemanha de Hitler se propunha a unificar a Europa. A América do Norte teria, «por um tempo», os Estados Unidos como Nação monitora. Quanto à do Sul entendia o G.O.U. que a luta pelo predomínio seria entre a Argentina e o Brasil, mas que aquela venceria. E concluía com esta admirável loucura: «Nuestra misión es hacer posible e indiscutible nuestra tutoria». Volvido tanto tempo, derramado tanto sangue, tombado Peron, eis que o ilustrado Sr. Vieira de Melo vem a público, na presença do Chefe do Governo brasileiro, para criticar o Itamarati por sua falta de interesse em nos conceder a tutoria da América do Sul!

5 A melhor prova da vantagem do pan-americanismo é a impossibilidade de substituí-lo. Onde encontrar tão plástico sistema de relações, tão acomodado às peculiaridades de todos os povos, e no qual a fleuma saxônica convive perfeitamente com a exuberância latina, e o pequeno, valente e negro Haiti com a relativamente poderosa e branca Argentina? Aboli-lo seria retornar ao sistema de perigosa competição de nações pela hegemonia regional, e aí então certamente ocorreria a intervenção das potências maiores, para a manutenção da ordem internacional. Dêsses conflitos é que nasce a imperialismo. E' a nós, brasileiros, cumpre não esquecer que, se no norte do hemisfério os hispano-americanos estão prontos a reconhecer no «yankee» o imperialista clássico, no sul, entretanto, o imperialista é iden-

tificado, até mesmo nos compêndios escolares, com o brasileiro do Império, época em que, por simples razões de política internacional, tivemos que intervir na anarquia plantina para o restabelecimento da paz.

6

De todos esses males livrou-nos o pan-americanismo. O Sr. Vieira de Melo quer que abandonemos esses resultados e voltemos à política clássica do Império, quando outros são os dados do problema e também as correlações de força entre as nações interessadas.

E' positivamente uma concepção arcaizante da política exterior brasileira — surpreendente resultado em quem pretende inovar e se diz intérprete dos moços do partido majoritário! Peço a Deus que esses apelos a uma volta à política do Império não movimentem, no sul do Continente, protestos igualmente impregnados de tristes reminiscências históricas e não se reedite, em estilo polêmico, uma espécie de guerra de Rosas ou a de Lopez, entre o líder baiano e a intelectualidade, pejada de mal-querenças, dos tradicionalistas hispano-americanos.

6 Quando o Sr. Vieira de Melo afirma que o Brasil abandonou, na primeira metade do século republicano, as linhas-mestras da política exterior do Império, desenvolvida pelos dois Rio Branco, está usando de tantas impropriedades que seria de recear sua reprovação no vestibular indispensável à matrícula no Curso para a Carreira de Diplomata. Quando desenvolveu o segundo Rio Branco a linha-mestra da política do Império? Não foi com certeza em seus tempos de Juca Paranhos boêmio ou no seu estágio de consular de Liverpool. O Sr. Vieira de Melo parece esquecer que o Barão do Rio Branco atuou, na política exterior brasileira, na primeira metade deste século, em governos republicanos. E ao Barão, precisamente, é que se deve a modificação da política imperial, tornada necessária pelo advento de novos tempos e novas circunstâncias. Um desses elementos fundamentais foi o pan-americanismo, a que Rio Branco deu notável impulso, secundando a ação e a pregação de Joaquim Nabuco.

7

Então, uma de duas — ou o Senhor Vieira de Melo louva Rio Branco juntamente com a diplomacia republicana, ou fala mal de ambos, porque o que está aí — gloriosamente aí, salvo erros inevitáveis — é exatamente a orientação de Rio Branco.

Como disse antes, uma política externa não é uma concepção cerebrina, nem adotada ou abandonada por simples predileções ou desfastio intelectual. A do Império, ditou-a a emergência, no sul do continente, da turbulência conhecida como a anarquia platina, assim como o fenômeno da autocracia paraguaia. Estou aludindo a Rosas e Lopez. Eliminados, pela ação do Império, esses dois fatores de desordem, nada justificava a continuação de uma política de fundo militar; muito menos sua sobrevivência após a República. A estabilidade e normalidade de relações entre nós e os vizinhos passaram a ser a regra, acentuada pela delimitação pacífica das fronteiras (essa imensa e gloriosa obra

do nosso regime, ainda em archa, embora o Sr. Vieira de Melo incrivelmente a ignore) e pelos benefícios crescentes do pan-americanismo na ordem internacional.

Não há quem não saiba que vários fatores contribuíram para o nosso isolamento do resto da América Latina, durante a Monarquia. Entre aqueles fatores estavam a escravidão dos negros, o problema da navegação dos rios comuns e a falta de fixação de limites. Escrevendo acerca daquela difícil fase da nossa História, o ilustre diplomata Hélio Lobo sintetizou-a nesse significativo título: «Sós na América!». Tal era nossa posição antes da República, não por culpa dos nossos estadistas, mas de circunstâncias inelutáveis, entre as quais primavam a forma dinástica e a diversidade do idioma.

A Prática do pan-americanismo foi decisiva para cortar, pela raiz, a perturbadora alucinação de uma corrida pelo hegemonia continental, a qual se transformaria em risco militar, graças a Deus evitado pela República, em virtude da crescente prosperidade da Argentina.

Como quer, assim, o brilhante Sr. Vieira de Melo que processemos hoje um retorno à luta pelo primado continental? Justamente oposta deve ser a aspiração dos brasileiros, evitando-se todos os choques com os vizinhos. O perigo da doutrina Vieira de Melo seria que alguns países hispano-americanos dela se apropriassem contra nós, unindo-se para ampliar suas fronteiras e restaurar construções políticas obsoletas, como o Vice-Reinado da Prata. A conveniência do Brasil está na manutenção do «status quo», assegurado principalmente pela vigência dos princípios do pan-americanismo quanto à convivência internacional e pelo emprego sistemático da solução pacífica dos conflitos, na forma do Tratado do Rio de Janeiro, que é, a meu juízo, a espinha dorsal do sistema, porque evita a guerra entre as nossas Repúblicas e, se desencadeada, paralisa as operações militares, instituindo o princípio, novo no direito internacional, da legítima defesa coletiva. Ao lado disso, prevê a união militar de todos os nossos Estados contra qualquer agressão extra-continental.

O SR. VIEIRA DE MELO, com o seu ardente nacionalismo ad hoc, é bem capaz de recender as chamas do rosismo, que é já uma religião entre alguns argentinos, assim como o lopismo paraguaio.

7 Mas onde o ilustre líder claudica de forma lamentável, por desconhecimento da nossa realidade diplomática, é quando supõe ou insinua que a política republicana haja abandonado os vitais interesses do nosso país no trato com a América do Sul. Talvez a S. Exa. esteja faltando, para enxergar nitidamente o quadro, a perspectiva marcial dos nossos exércitos e das nossas admiráveis belonaves de madeira na ação militar, que tão heróicamente executaram durante a monarquia. Mas o aparato guerreiro não se justificaria em tempos de paz internacional, nem a guerra é a única razão política, apenas a última e a menos desejável. Sem dispensar um tiro nem ameaçar a soberania dos vizinhos, Rio Branco (Rio Branco é a diplomacia da República exercida por um monarquista, que abandonou, por desnecessários, os métodos do

passado) demarcou quase todo o território e ainda influíu em Haiti com a colaboração insubstituível de Rui Barbosa. Seus sucessores viram nascer um mundo diferente depois de duas guerras universais e souberam manter, com crescente destaque, o nome do Brasil, não só na América como no mundo. Para evidenciar, na rapidez de um bosquejo, o que tem sido a ação do Itamarati, bastará que, entre exemplos inúmeros, recorde dois: a influência do Brasil na paz do Chaco, sendo chanceler o mesmo de hoje, o eminente Embaixador Macedo Soares, e as delegações espontâneas e calorosas de todas as chancelarias desta parte do hemisfério, que me acreditaram, como representante das suas Nações, na Conferência da Paz realizada em Paris, em julho de 46!

8 Segundo o Sr. Vieira de Melo, tem sido inadequado o comportamento da diplomacia brasileira em relação ao Paraguai, ao Uruguai, à Bolívia e ao próprio Chile. Não consigo atinar com os pontos objetivos dessa queixa assim generalizada. Contra ela será bastante observar como são fortes nossos vínculos com esses países. Nossas relações com eles estão minuciosamente reguladas por acordos de toda espécie, e a presença do Brasil, em cada um deles, facilitada aos nossos agentes diplomáticos e econômicos, assim como aos adidos das Forças Armadas. Enquanto fui titular da Pasta, ao contrário do que afirma o líder, sempre me chegaram daqueles Governos testemunhos de cooperação e bom entendimento. No Paraguai, não só contribuímos para levar a efeito empreendimentos consideráveis de viação interna, como a nossa obra cultural é um modelo. Fiz mesmo construir um prédio adequado para o Instituto Brasil-Paraguai, com os excelentes traços da nossa esplêndida arquitetura. Com a Bolívia, apesar das crises por que passou, aquele importante país amigo, prosseguiu até final a construção da estrada de ferro, e ainda alcancei a assinatura das notas reversais sobre o petróleo boliviano. O Uruguai deu-nos invariavelmente as melhores provas de cooperação, inclusive no campo cultural e econômico. O mesmo sucede com o Chile. Com nenhuma daquelas Nações temos problemas insolúveis. Ao contrário.

9 Acrescentou o líder que renunciamos sistematicamente a função natural de coordenadores dos interesses sul-americanos. Não sei em que se baseia o Sr. Vieira de Melo para nos distribuir esse papel. Seguramente na sua doutrina de que devemos assumir o lugar de decurião desta parte do continente, o que, além de pretensioso, entra pelo impossível e indesejável. Em grande parte, os interesses das Nações sul-americanas são concorrentes ou contraditórios, não cabendo a quem quer que seja impor-lhes soluções, que elas, aliás, não aceitariam. Por outro lado, a Argentina, que é um grande país, encontra-se conosco no mesmo campo de atuação e competição do plano internacional. Para falarmos com objetividade, sem rodeios nem meias-tintas, é preciso considerar que a emulação — e a emulação nunca é, em si, um mal, mas um estímulo — entre as duas Repúblicas vai desde as unidades navais aos campeonatos de futebol.

Chega a envolver até o número de chapéus cardinalícios! Aliás, ao Sr. Vieira de Melo, como bom baiano, não seria lícito esquecer que o Brasil, em 1952, obteve o terceiro cardinalato e justamente para o Príncipe da Bahia, o qual, falando ao rádio e por escrito, o atribuiu em muito ao Itamarati. Daquela espécie, nosso país ocupa o quarto lugar no Sacro Colégio!

10 Vê-se, sem necessidade de lentidão, que o brilhante orador do PSD, o que quis foi também cravar sua lança nos Estados Unidos, para ganhar da Legião de Novembro e seus poderosos sustentáculos militares, que estão integrados com o nacionalismo sectário da cartatamento de Vargas. Para que resalte a exata medida do disparate, o Sr. Vieira de Melo afirma que (parece inacreditável, mas lá está com todas as letras), «sem decorência da falta de estrutura de um plano comum aos países da América do Sul, com força de exequibilidade pela sua própria projeção, deixamos a grande Nação norte-americana o papel de árbitro, nem sempre generoso, do enquadramento de nossos problemas nos planos de assistência e cooperação, que com tanta largueza executa em outras partes do mundo» (são meus os destaques).

Isso de o Brasil e os países da América do Sul terem deixado aos Estados Unidos o papel de árbitro, no emprego de seus auxílios financeiros, ultrapassa o imaginável.

Como um brasileiro que por duas vezes exerceu a direção do Itamarati, devo dizer que ninguém talvez se opusesse, mais do que eu, aos atos do Departamento de Estado quanto às folhas de sua política com os países latino-americanos. Enquanto alguns apenas murmuraram entre dentes, esse foi o fundo do discurso que proferi, perante Truman, na sessão inaugural da IV Reunião de Consulta, reunida em Washington, no mês de março de 1951. Interpretei de tal forma os sentimentos e desejos das demais Nações latino-americanas que elas elegeram o então Ministro do Exterior do Brasil, Presidente da Comissão Econômica, a mais importante daquela Assembléia. Nunca omiti as negativas mais categóricas aos pedidos dos Estados Unidos, quando não me pareceu que seu atendimento consultasse, antes de tudo, o interesse brasileiro. Foi assim sempre, inclusive com o urânio, como recentemente relatei à «Tribuna da Imprensa», sem encontrar a menor satisfação. Não fiz, porém — nem o faria nunca — política de duas caras contra o Brasil e a favor do comunismo internacional, para ganhar louvores suspeitos. Sempre detestei os homens furta-côres. Muito mais a demagogia hipócrita dos ativistas irresponsáveis.

Não foi diferente a conduta de todos os eminentes brasileiros que, depois de Rio Branco, passaram pela direção do Ministério das Relações Exteriores. O que caracteriza aquela Pasta é a continuidade de pensamento e ação. Era o que desesperava o General Perón, segundo deixou escapar em sua cátedra da Escola Nacional de Guerra, ao tempo em que acusava Vargas de lhe haver faltado a comprometimento para a obra da «integração econômica» da América do

Sul. Uma coisa parecida com o plano do líder da Maioria, neste atribulado de 1956!

11 Diz o Sr. Vieira de Melo que parte de nossa crise (problemas políticos, econômicos e sociais internos) se deve ao fracasso de nossa política externa. É essa uma enormidade que documenta o espírito ágil com que o ilustre líder manipula e inverte os termos de um problema. A nossa política exterior é que tem sido vítima de nossa debilidade interna. Só mesmo um isolacionista de papo semi-vermelho, como o Sr. Vieira de Melo, isolacionista no tempo como no espaço, poderia afirmar o contrário.

Quando se examinam as deficiências de nossa política de relação na América do Sul, por exemplo, saltam aos olhos os prejuízos que nos advêm da péssima situação dos nossos negócios internos. A nossa bandeira desapareceu dos grandes rios internacionais, e não foi o Itamarati que a engoliu. Os nossos produtos agrícolas se tornaram gravosos, sem culpa da diplomacia, e, por isso, não podem ser exportados. A escassez de recursos faz com que até hoje não tenhamos estendido à rede do Banco do Brasil nos países onde é possível fazê-lo. A decadência do nosso ensino (e a carência de verbos) não nos permite contar com emissários eficientes de cultura em países cujo nível educacional dia a dia se avanta sobre o nosso. As nossas emissoras radiofônicas tem programas de ondas curtas de tão pequeno raio de ação que mal são ouvidas em Buenos Aires. Os nossos editores mostram tão pequeno espírito de empresa que deixam sair da circulação um livro como o de Pndia Calógeras sobre a política exterior do Império. Como contar com eles para uma política ofensiva do livro brasileiro no mercado sul-americano, para a propagação da idéia brasileira num meio já saturado de literatura pejada de pré-concepções hostis ao nosso país?

12

Quando Ministro, criei umas dez cadeiras de Estudos Brasileiros em Universidades da América e da Europa. Tiveram de fechar as portas porque a má administração financeira do país esgotou nossas divisas! Não tivemos mais moeda para pagar os professores!

Basta examinar os dois grandes problemas que defrontam hoje os dirigentes da política exterior brasileira e ver como a sua solução está dependendo estritamente de fatores internos: a) o auxílio americano e as inversões de capital estrangeiro não poderão nunca aqui chegar e operar em bases sadias enquanto não for detida a onda inflacionária; b) o Brasil não poderá restabelecer suas relações diplomáticas com a Rússia e outros países comunistas enquanto não for resolvido o problema de segurança interna, hoje travado de equívocos que desarmam o Estado em face de egípticos e conspiradores contra o bem público.

12 No seu libelo, o líder sustenta que o Brasil abandonou seus interesses no Continente «para nos preocuparmos exclusivamente com as atividades distantes e estereis de organismos internacionais, visivelmente condenados ao fracasso pela própria inocuidade de seus

processos de deliberações». Custa a crer que essas palavras terrivelmente ócas, e inverídicas em frente dos fatos, hajam sido pronunciadas, em ocasião solene, por um homem investido de dupla autoridade a liderança majoritária e a de sua reconhecida inteligência!

Se S. Ex. quis referir-se a Organização dos Estados Americanos, ou seja, do pan-americanismo, nada o desautorizaria mais do que a reunião que a esta hora se efetua no antigo istmo de Panamá, em honra de Bolívar, com a presença de Eisenhower e do Presidente do Brasil, festejando o ponto de partida de uma obra hoje em pleno apogeu. E até — ainda bem — com a simpática assistência do mesmo Senhor Vieira de Melo! É certo que isso dói ao comunismo internacional, et pour cause. O pan-americanismo é a couraça continental contra os riscos do ataque, partido de fora. Foi assim com o nazifascismo: há de ser com o marxismo soviético.

Se o Sr. Vieira de Melo pretendeu mencionar a ONU entre os organismos internacionais condenados ao fracasso, então o erro é maior ainda. A ONU hoje é a única base da paz, tão ameaçada. Ninguém quer dela sair. Nem a Rússia o quis ao tempo de Stalin! Todos querem entrar naquele fórum universal. Menos o Sr. Vieira de Melo, ao que parece! E todos os povos lá estariam sem o criminoso e fútil veto soviético. Pois na ONU é que a atuação brasileira se tem feito sentir com alto relevo. Ainda agora, o Embaixador João Carlos Muniz, que deixa a embaixada em Washington — só para dar o posto ao Sr. Amaral Peixoto! — recebeu uma esplêndida prova de confiança: a de ser convidado para presidir a Comissão Internacional de Energia Atômica. Prestígio do senhor Muniz! Não, prestígio do Brasil, malgrê tout; e valor — grande de valor pessoal e diplomático — do Embaixador Muniz. Ao meu tempo de Ministro, Muniz já fora alvo, como Presidente do Comitê Político da Sétima Assembléia, de uma demonstração unânime de apreço, inclusive do terrível Vichynski. Frutos da diplomacia da República, que não fez a guerra, antes amou a paz e por ela lutou, fiel, inclusive, ao texto da Constituição, que, desde 91, proíbe a guerra de conquista e aponta aos povos o caminho da arbitragem.

Se o Combativo líder do PSD quer minha modesta opinião, devo dizer-lhe que devemos corajosamente marchar para um maior entendimento com os povos da América do Sul, ribeirinhos ou vizinhos do Amazonas, na tentativa de realizar uma obra de cooperação pacífica, de fundo econômico, em torno da bacia do rio-mar, a exemplo do que a diplomacia do Império efetuou em torno das que habitam à margem ou nas imediações do Prata. Os nossos grandes diplomatas da monarquia tiveram de enfrentar problemas de guerra, frutos das antigas rivalidades entre os coroaes peninsulares, de que descendemos. Ninguém pôde excedê-los em patriotismo, capacidade de ação, tenacidade no serviço do Brasil.

14

Apenas as questões mudaram de substância e fisionomia. A política amazônica é a do nosso amanhã. Não estou enunciando um palpito. Comecei a executá-la, com apoio

de Vargas, quando em fins de 1952 visitei Lima, a convite do Governo peruano. Mas um passo foi dado com a vinda aqui do Presidente Odria, por sugestão minha. Nosso caminho é — penso eu — estreitar os laços de amizade, em pé de fraternal igualdade com todos os vizinhos, mas sempre com os olhos nos novos caminhos amazônicos.

13 Os limites de uma página de jornal não bastariam para acumular tudo quanto é fácil opor ao discurso do líder da maioria. As reações, que ele já despertou mesmo nos círculos mais íntimos do Catete, são suficientes para condená-lo sem apelação nem agravo. Um fato, entretanto, constitui o mais frisante contraste com o texto daquela oração. Enquanto o intérprete do Presidente da República, perante a Câmara, se atira contra os Estados Unidos, outro agente de estrita confiança oficial, o correto e operoso engenheiro Lucas Lopes, lá está no Departamento do Tesouro e na Wall Street tentando um empréstimo de consolidação de nossas dívidas e outro para a realização de obras de desenvolvimento! Teríamos que a mão direita desfacha seus raios contra a política norte-americana, enquanto a esquerda se estende com a bolsa, para enchê-la com os dólares do agredido! Ora, isso não condiz com a linha tradicional do Brasil.

Quanto a mim, se é que pessoalmente devo apresentar títulos para me fazer autor destes reparos, prestados apenas com espírito de colaboração (a crítica é uma de suas melhores formas), cumpre-me dizer que, o Ministro duas vezes, em épocas difíceis, posso enfrentar vantajosamente as arguições do Sr. Vieira de Melo. Em 1946, acabei com o «pistolão» que fazia diplomatas e criou o Curso de Preparação para a carreira, através de exames severíssimos. É um Curso definitivamente vitorioso e a única Academia Diplomática, que há no continente. No mesmo ano, instalei, com o concurso de todos os grupos culturais, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, que foi a primeira Comissão Nacional da UNESCO. Representei o Brasil na Conferência da Paz, com os poderes de toda a América do Sul, e os princípios que ali sustentamos, meus companheiros de Delegação e eu próprio, acabaram vitoriosos pela defesa da soberania italiana, contra a qual se jogava o poder soviético. Voltando à Pasta, do ponto de vista mundial, lancei a idéia da União Latina e aqui a consagramos em memorável congresso, a que estiveram presentes vinte e seis Nações da mesma família, representadas por figuras exponenciais. No tocante aos nossos interesses econômicos, obtive a instalação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que foi a única obra orgânica até hoje realizada, neste continente, para o desenvolvimento econômico de uma Nação. Quarenta e seis projetos ficaram concluídos nos domínios dos transportes, agricultura e alimentos, muitos em termos de execução final. Por força daquela obra, obtivemos no Banco Internacional e no Eximbank financiamentos que se elevaram a mais de cento e oitenta milhões de dólares! Os trabalhos foram celeradamente paralisados

pelo Govêrno Eisenhower, com meu protesto, o derradeiro que fiz à frente do Ministério. E — último, mas não menos importante! — enfrentei o peronismo na sua obra satânica de infiltrar-se em nosso país, dividir os brasileiros para jogá-los nas suas aventuras continentais. Exatamente contra o pan-americanismo, que é sempre o alvo dos extremistas de todas as cores».

Assim concluiu o eminente Embaixador, Neves da Fontoura seu depoimento, que leio para que se consigne nos Anais do Senado, e que constitui, sem dúvida, peça de mais alta expressão intelectual, resultante da sua experiência e dos deveres que S. Exa. tem, como diz, de falar à Nação sobre os problemas do Itamarati.

«Creio o Deputado Vieira de Melo no meu apreço pela sua inteligência e sua capacidade de luta. Lamento apenas que queira fazer recuar a única coisa que o Brasil soube preservar da desordem demagógica — o Itamarati com a sua política externa. Devemos ser gratos aos estadistas do Império, que modelaram nossa fisionomia de luta pela soberania. Ate pelas armas, porque era necessário. A República encontrou o caminho da paz, e soube seguir por ele. Honra aos dois regimes. Ambos interpretaram «à tour de rôle», o que convinha ao Brasil e à América».

Diz muito bem, Sr. Presidente, o eminente ex-Ministro das Relações Exteriores; porque, mesmo nos últimos tempos, se lançamos os olhos sobre o Itamarati, veremos que aquela pasta vem sendo exercida por homens da mais larga experiência e do mais alto espírito público.

O Sr. Fernandes Távora — A única coisa, talvez que se salvou das administrações passadas.

O SR. NOVAES FILHO — Sem considerarmos os aspectos políticos dos seus titulares, o Itamarati vem tendo, na direção dos seus negócios, homens da maior envergadura patriótica, da melhor inteligência e dos mais elevados conhecimentos para condução da Pátria.

O Sr. Neves da Rocha — V. Ex. celerância permite um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com prazer.

O Sr. Neves da Rocha — Desejo, nesta oportunidade, ressaltar os relevantes serviços que prestou ao Itamarati e ao Brasil o eminente baiano Otávio Mangabeira, que, na verdade, realizou obra extraordinária em prol do País.

O SR. NOVAES FILHO — Lembra V. Exa. um político de grande trajetória na vida nacional.

O representante baiano Sr. Otávio Mangabeira — como, nos nossos dias, os Srs. Oswaldo Aranha, Raul Fernandes, Vicente Rão e, ainda agora, o Sr. José Carlos de Macedo Soares, que não é uma improvisação — exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores ainda na Guerra do Chaco e teve tal atuação que, ao regressar ao Rio de Janeiro, foi recebido com excepcionais homenagens de reconhecimento e de aplausos do povo desta cidade.

O Sr. Ezequias da Rocha — Merecidas homenagens.

O SR. NOVAES FILHO — Apesar de ser S. Exa. militante de outra orientação partidária, não tenho dúvida em dar-lhe o meu aplauso e dizer que S. Exa. é homem experiente, de bom senso e elevação moral, para dirigir com acerto e critério o Itamarati, na hora presente.

O Sr. Fernandes Távora — Incontestavelmente o Dr. Otávio Mangabeira foi um dos nossos maiores Ministros das Relações Exteriores.

O SR. NOVAES FILHO — Senhor Presidente, quer voltando os olhos para os tempos que já vão distantes, quer fixando-os nos tempos modernos, temos de reconhecer que, à frente do Itamarati, têm passado figuras magníficas da vida pública brasileira.

O Itamarati, nesse setor — repito — tem sido uma pasta feliz. Para lá não foram encaminhados os improvisados, os medíocres, nem os ignorantes à cata de evidência. Ele tem sido sempre entregue a homens que os brasileiros não perguntam de onde vêm nem para onde vão, porque são figuras bastante conhecidas e alicerçadas no conceito do nosso respeito e da nossa admiração. (Muito bem, muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 225, de 1952, que torna inalienáveis, durante 10 anos, os lotes para colonização concedidos pelo Govêrno Federal, tendo pareceres (ns. 596 e 597, de 1955, e 621, de 1956) das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável; Finanças, favorável, com a emenda que oferece (n.º 1-C); e de Economia, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Finanças.

2 — Discussão única da redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 24, de 1956, que denomina «Aeroporto Leite Lopes» o atual aeroporto de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer n.º 636, de 1956).

3 — Discussão única do Projeto de Resolução n.º 18, de 1956, que concede aposentadoria a José Eustáquio Luiz Alves, Redator padrão PL-7, da Secretaria do Senado Federal, tendo pareceres favoráveis (ns. 591 e 592, de 1956) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR OTHON MADER NA SESSÃO DE 20 DO CORRENTE QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERIA POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. OTHON MADER:

(Não foi revisto pelo orador).

Sr. Presidente, continuo hoje os comentários sobre a viagem que realizei ao Estado de Santa Catarina, em companhia dos nobres Senadores Gomes de Oliveira e João Arruda.

Conforme salientei, em diversas localidades daquele Estado, principalmente Joinville, existem curiosas organizações dignas de serem conhecidas por todo o Brasil. Citei, por exemplo, o Corpo de Bombeiros daquela cidade; ao qual pretendo referir-me nesta oração. Antes, porém, desejava dizer que tivemos oportunidade de verificar, ali, outras realizações da iniciativa privada que obtiveram grande êxito. Entre elas, é de se destacar a comemoração do Centenário, em 1951. Os festejos então realizados, incluíam a construção de um grande pavilhão para esportes, e a preparação de uma grande praça ajardinada tendo ao

centro um artístico monumento ao «Coron» tudo foi obra de uma entidade particular, a «Sociedade Amigos de Joinville», que se encarregou de todas as solenidades cívicas.

Joinville é a terra onde a iniciativa privada tem provado ser um regime econômico e social de grandes resultados ao progresso de uma nação ou de um povo.

Sr. Presidente, o povo de Joinville já está habituado a organizar esses festejos e realizar empreendimentos econômicos e sociais através da iniciativa privada. Não espera pelo Executivo ou pela Prefeitura; os homens, o povo, a sociedade tomam a si o encargo e empreendem tudo aquilo que pensamos só as autoridades podem fazer — o que bem define o espírito de iniciativa dos joinvilenses. Como dizem por lá, eles não esperam pelo Govêrno; entendem que também devem colaborar em tudo.

Desta forma, não estão subordinados ao seu arbitrio; procuram tornar-se independentes.

Não pedem muito ao Govêrno para não lhe darem o direito de exigir demais.

Sr. Presidente, além desse fato digno de registro — a comemoração do Centenário de Joinville pela iniciativa privada — o que há de mais interessante naquela cidade é, sem dúvida, o Corpo de Bombeiros voluntários fundado em 1892, portanto, há 64 anos quando Joinville era ainda uma incipiente colônia. Essa entidade tem prestado os mais relevantes serviços à cidade, sem pesar aos cofres públicos.

O Corpo de Bombeiros é mantido com as mensalidades dos associados e com a contribuição dos industriais, comerciantes, capitalistas, etc.

Recebe, apenas, subvenção, que, até o ano de 1954, era muito pequena. Agora é que o Govêrno Estadual e a Prefeitura Municipal — dizem — vão aumentar-lhe esse auxílio.

Até agora, entretanto, tudo tem sido feito através da contribuição mensal dos associados e auxílio do povo.

O Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville foi fundado, no dia 13 de julho de 1892 por um grupo de moços convocados que foram por Frederico Hudler, com o fim de «proteger e salvar a vida e propriedade de seus concidadãos, sem distinção de pessoas, em caso de incêndio».

Os objetivos com que foi fundada a instituição vêm sendo cumpridos até nossos dias. Por muitas vezes a cidade tem sido castigada de incêndios de grandes proporções. Os bombeiros voluntários, sem perceber vencimentos e, sem retribuição de espécie alguma, levantam-se a qualquer hora da noite e acorrem ao quartel, de onde seguem para debelar as chamas. Trabalham nesse mister há muitos anos, sempre com abnegação e risco de vida, como um imperativo cívico e por amor à sua comunidade.

Assistimos também em Joinville à entrega de condecorações a voluntários bombeiros que servem há cinco, dez e quinze anos. Presenciamos fato mais significativo — a homenagem ao atual comandante, Sr. Alberto Lepper que, há 59 anos, pertence à corporação. Dedicou ele toda a sua existência à instrução de voluntários e hoje, contando 77 anos de idade, exerce o seu comando.

As únicas recompensas que os bombeiros joinvilenses almejam são as medalhas de benemerência e o reconhecimento público dos seus concidadãos. Nem na atividade, nem na inatividade, recebem eles qualquer remuneração em dinheiro. Bem diferentes das demais cidades brasileiras, onde

são pagos pelo erário e quando reformados continuam onerando os cofres públicos.

Sr. Presidente, este meu relatório demonstra como o povo de Joinville tem exata compreensão dos deveres de cada cidadão para com o seu território natal, o seu município, a sua comunidade, o seu município, a sua comunidade, o cumprimento com entusiasmo e desprendimento. E para o joinvilense um orgulho permanecer ou ter serviço ao Corpo de Bombeiros. Essa corporação benemerita nasceu do nada e começou com uma joia de um mil réis e uma mensalidade de duzentos réis. Foi crescendo e se consolidando, ao ponto de contar hoje com construções, terrenos, máquinas, bombas, caminhões e equipamentos de valor superior a cinco mil contos de réis.

Os voluntários obedecem rigorosamente ao regimento interno da milícia, e uma vez por semana à noite, vão para o quartel a fim de se exercitarem para o melhor desempenho de suas funções.

As quartas-feiras são consagradas a esse fim. Não há diversão, nada, enfim, que desvie o propósito de conhecer a profissão em que estão empenhados.

E, pois, digno de registro o comportamento dos joinvilenses, em relação a esse dever.

O Sr. Ezequias da Rocha — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. OTHON MADER — Com prazer.

O Sr. Ezequias da Rocha — Aproveito a oportunidade para apresentar minhas homenagens a esses abnegados brasileiros, cujo exemplo deve ser seguido nas demais cidades do País.

O SR. OTHON MADER — Muito agradeço o aparte do ilustre Senador Ezequias da Rocha, que reforça nossa convicção de que o Corpo de Bombeiros de Joinville é um exemplo digno de ser imitado em outras cidades do Brasil.

Sr. Presidente, o quartel dos bombeiros também foi construído através da contribuição popular. O Comércio, a Indústria, os proprietários, enfim, o povo de Joinville contribuíram para que o Corpo de Bombeiros Voluntários tivesse melhores instalações e aparelhamento.

Numa cidade relativamente pequena, como essa, a população obteve a soma de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, para fim tão útil sem recorrer — repita-se — ao Govêrno, que promete subvenção, agora, depois de concluída a tarefa.

Não esperam os joinvilenses que o Estado viesse à frente do cometimento; eles mesmos o realizaram, com coragem e confiança no futuro.

Quando da inauguração do novo quartel do Corpo de Bombeiros, — ponto alto dos festejos dos dias 14 e 15 de julho — com a presença do Governador do Estado, de altas autoridades eclesiásticas, civis e militares, comandantes da Região e da Divisão de Artilharia Divisionária, o orador daquela corporação, o jovem Dr. Hélio Ramos Alvim, disse, a certa altura, o seguinte:

«Fazemo-nos intérpretes, agora, do Bombeiro Voluntário, para levar ao povo nosso mais sincero agradecimento; pois esse mesmo povo sabe e bem compreende que nem tudo deve ser esperado dos Govêrnos; e quiséramos nós, de Joinville, que esta mesma compreensão, este mesmo entendimento dos deveres do cidadão, fosse generalizado no Brasil inteiro».

Nestas palavras, do orador oficial daquela festividade; se contém o mesmo apelo que acaba de fazer o ilustre Senador por Alagoas. Quando, eloquendo o Corpo de Bombeiros de Joinville, achou que o seu exemplo era digno de ser imitado por outros brasileiros.

O Sr. Cunha Mello — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. OTHON MADER — Pois não, com prazer.

O Sr. Cunha Mello — Em Manaus, também, o Corpo de Bombeiros e formado de amadores; nada percebe dos cofres públicos.

O SR. OTHON MADER — Muito obrigado pela informação que Vossa Exa. me trouxe, a qual, com satisfação, incluo no meu discurso. Não sabia que em Manaus se procedia também dessa maneira. Joinville e Manaus, portanto, merecem ser homenageados e imitados por todos os brasileiros e eu me congratulo com o povo de Manaus por esta alta e significativa demonstração do seu civismo e do espírito de iniciativa do seu povo. Oxalá o exemplo frutifique e outras iniciativas dessa ordem venham a se concretizar no Brasil. Será a vitória da iniciativa privada, essa força poderosa e inestimável que nós ainda não sabemos aproveitar devidamente e que infelizmente vem sendo guerreada pelos socialistas e pelos comunistas, que desejam o Estado como senhor único e absoluto de todas as atividades econômicas e sociais. Esse conceito tem sido o grande fator de atraso do Brasil.

Enquanto, hoje, no Brasil, o grande problema é o do pessoal, dos direitos dos funcionários, seus vencimentos e aposentadorias, do salário, família e tantos outros encargos que oneram fortemente os cofres públicos. — Joinville e Manaus têm seu Corpo de Bombeiros composto de voluntários que nada custam aos cofres do Estado e, quando se aposentam, ao fim de uma existência inteira de serviços prestados à comunidade, recebem como homenagem uma medalha e gratidão dos seus conterrâneos.

Não posso deixar de realçar o admirável exemplo do Corpo de Bombeiros pela compreensão dos deveres de cidadãos, que não devem tudo esperar do Governo. Contribuíamos com a nossa iniciativa para a realização de obras e serviços coletivos proveitosos, aliviando os cofres públicos — já tão apertados — e criando direito a retribuições do Executivo de outra natureza, que não a monetária. Hoje, no Brasil, nada se faz, a não ser através do Governo. É o mau uso de tudo esperar dos governos, e por isso o povo vai ficando cada vez mais escravo do Estado, todo poderoso. Precisamos nos libertar desse complexo. Deixemos o governo com suas atribuições e seus deveres específicos e realizemos nós — o povo — o progresso e o bem-estar coletivo.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte.

O SR. OTHON MADER — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Quero solidarizar-me com a homenagem que V. Exa. está prestando aos bombeiros de Joinville.

O SR. OTHON MADER — Em nome daquela corporação, agradeço as palavras de V. Exa., aliás justas, pois, de fato, merecem esses heróicos soldados do fogo, que o Brasil volte as vistas para sua abnegação e edificante exemplo de altruísmo, numa perfeita compreensão do valor da livre iniciativa. Registrando o fato, Sr. Presidente,

congratulo-me com os heróicos bombeiros de Joinville e incorporo ao meu discurso as palavras proferidas pelo ilustre orador oficial da Corporação contando-lhe a história, de forma que todos os brasileiros a leiam, através das páginas do Diário do Congresso, ressaltando a obra dos que construíram aquela nova e ampla sede, tendo à sua frente a energia moça e eficiente do seu atual Presidente, Sr. Walter Meyer. (Lendo).

— «Volta-se a cidade e seu povo todo, neste dia e nesta hora, para o ato presente, a inauguração da sede social e quartel de nossa Corporação.

Senhores, estais diante de obra monumental, nem tanto porque se constitua em belo bloco de cimento armado, e mais, porque tendes em vossa presença, transformadas em substantivo concreto, a dedicação, o carinho, a compreensão, a espontaneidade de uma sociedade toda, de uma cidade inteira.

Aqui, não haveria de ver, somente, pedra, cal e cimento, frios por sua própria natureza, mas encontrareis também o calor do trabalho, amor e tradição. Em cada parede, em cada laje, em cada tijolo sentireis um pouco de cada uma destas parcelas, que outra coisa não são, senão a síntese da história inteira do Corpo de Bombeiros Voluntários.

Senhores, foi do amor à terra nossa que nasceu o Corpo de Bombeiros; pelo trabalho dedicado e persistente que atravessou 64 anos, dando a Joinville a honra e o orgulho de possuir em toda a Pátria a única sociedade civil de voluntários bombeiros e por isso mesmo se tornando, através três gerações, na mais bela tradição que um povo pode e deve almejar.

Armadas as primeiras barracas a 9 de Março de 1891, evoluiu a povoação, logo elevada à vila e mais tarde à cidade de Joinville. Esse crescimento rápido acelerado sempre pelo espírito de progresso do imigrante e do homem aqui nascido, preocupava o morador desta terra. Casos de incêndio já se haviam constatado. A necessidade da existência de uma Corporação que a si tomasse o encargo de zelar pelo patrimônio dos munícipes, era sentida pela população.

Todavia, a República mal se tornara realidade e dos Governos não parecia ser lícito esperar a solução do problema e, nem mesmo o progressista joinvilense haveria de aguardar uma solução estatal, pois, o homem desta terra não apenas: ele realiza!

Foi daí que, às vinte horas do dia 13 de julho de 1892, reuniu-se no salão Berner, um grupo de moços, convocados que foram por Frederico Hudler e fundou o Corpo de Bombeiros Voluntários, com o fim de proteger e salvar a vida e a propriedade de seus conterrâneos, sem distinção de pessoas, e caso de incêndio. Logo em seguida, em meio ao entusiasmo reinante, procedeu-se à eleição de seu primeiro Comandante, o Sr. Vitor Müller, tendo, ainda nessa mesma noite, perante numerosa assistência, prestado o compromisso solene, os primeiros bombeiros da cidade, exatamente quarenta homens. É oportuno lembrar ainda que, para a admi-

ção de sócios, foi fixada a jóia em um mil réis e em duzentos réis a mensalidade.

Era, assim, realidade o Corpo de Bombeiros Voluntários.

Decorrido pouco menos de um ano, já se adquiria a primeira bomba manual, para extinção de incêndios.

O entusiasmo das primeiras horas não arrefecia. O Grupo pioneiro, a despeito do rigor dos exercícios e rígida disciplina, sentia-se empolgado em poder servir sua terra e sua gente e seu entusiasmo conquistava novos elementos dentre a mais sadia mocidade.

Passados menos de três anos, exatamente na madrugada quente de 11 de fevereiro de 1895, a cidade extremece ao chamado triste dos cornetins dos voluntários. Era o batismo de fogo. Ardiam em chamas uma casa de comércio à Rua do Príncipe. Mas, às sete horas da manhã a missão estava cumprida. A primeira vitória alcançada.

Continuando em seus passos firmes para o futuro grandioso, a corporação adquiria em 1911 este mesmo terreno e a 23 de fevereiro de 1913 inaugurava seu primeiro quartel. Ambos, terreno e edifício, adquirido e construído com recursos providos da cooperação do povo.

Marchava-se pela estrada certa do progresso e em 1925 dava entrada nesta casa, a primeira bomba a motor e já no ano seguinte, comprava-se o primeiro caminhão, sendo que um segundo vinha enriquecer nosso patrimônio, desta feita por doação da Prefeitura Municipal.

Assim alcançamos o cinquentário do Corpo de Bombeiros Voluntários e, no dia de ontem, vimos transcorrer e hoje festejamos o sexagésimo quarto ano da mais pródica existência.

Mas, nem tudo foi sorrisos e glórias. Os anos, na marcha inexorável do tempo, foram destruindo, foram minando, foram tornando obsoleto muito do que possuíamos.

Assim é que, em 1951, com uma renda anual de apenas 18 mil cruzeros, estava ameaçada a existência do Corpo de Bombeiros.

Então, um grupo de homens de boa vontade, assumiu a direção desta sociedade civil, tomando a si o encargo de tudo reconstruir, de tudo fazer.

A primeira providência foi a de elaborar o projeto de um novo quartel.

Depois, cinco anos se passaram, o trabalho foi um só desde a primeira hora. Os apelos que fizemos ao Governo da República, ao Governo do Estado, ao Governo do Município, às classes conservadoras e ao povo desta cidade, encontraram resposta.

Hoje, fazemos a entrega ao Corpo de Bombeiros Voluntários, da realidade daquele projeto de 1951 e para a execução do qual mais de dois milhões de cruzeros já foram empregados, a maior parte, provida da contribuição sagrada e espontânea da gente joinvilense.

Nesse mesmo período, recebe o Corpo de Bombeiros ver uma parte, embora pequena de seu maquinário e acessórios, renovada.

Foi feito o indispensável, foi substituído o inadivável, embora cerca de meio milhão de cruzeros houvessem sido empregados nessa parcial renovação. Porém, ainda falta muito. É necessário que Governos e povo amparem ainda uma vez a esses bravos soldados voluntários, que fazem do trabalho nesta caserna, não uma obrigação, mas um prazer. Joinville de hoje exige máquinas modernas e de muita eficiência e por isso mesmo, de preço elevado.

Senhores, esperamos que em vossos espíritos, bem gravadas fiquem essas nossas palavras.

Nós fazemos intérpretes, agora, do Bombeiro Voluntário, para levar ao povo, nosso mais sincero agradecimento, pois, esse mesmo povo sabe e bem compreende que nem tudo deve ser esposto dos Governos e, quiséramos nós de Joinville, que, nesta mesma compreensão, que este mesmo entendimento dos deveres do cidadão, fosse generalizado ao Brasil inteiro.

Ao Governo da República, ao Governo do Estado e ao Governo do Município — e quando falamos em Governo, nos referimos não só ao Executivo, mas ao Judiciário e ao Legislativo também nos dirigimos neste instante, para expressar o nosso mais puro agradecimento pelo quanto nos tem prestado em auxílios.

Estariamos cometendo erro grave, se deixássemos de dirigir uma palavra ao menos, às Forças Armadas de nossa Pátria aqui representadas pelo Décimo Terceiro Batalhão de Caçadores, unidade de elite e que, com os bombeiros nossos vem mantendo tradicional camaradagem, não raro, contribuindo com seus homens e seus veículos nos instantes mais difíceis.

Senhores, iniciamos hoje, o sexagésimo quinto ano de vida desta Corporação e injustos seríamos se não mencionássemos nesta data tão significativa para os destinos nossos, os nomes daqueles veneráveis homens que, dedicando o melhor de suas vidas, exerceram o Comando deste Corpo de Bombeiros. Esses homens que em 64 anos de lutas, foram exemplos de dedicação e de bravura, são apenas cinco, dos quais, um somente permanece em nosso meio...

Pego, pois, senhores, o vosso mais profundo respeito a quem dedicamos a nossa mais alta homenagem. Foram eles:

Comandante Vitor Müller
Comandante Felix Heinzelmann
Comandante Frederico Stoll
Comandante Egenio Lepper
e mais esse Bombeiro que em data de 25 do mês corrente, completará 77 anos de existência. E, quis o destino caprichoso, reunir em uma mesma data, além do ato histórico da inauguração de nosso novo quartel, ainda outro acontecimento de maior significação para todos. Refiro-me à passagem dos 59 anos de vida ativa no seio da tropa. Sim, meus senhores, exatamente há 59 anos, prestava o compromisso solene, nosso atual Comandante que exerceu e trabalhou em todos os postos e cargos. Exemplo vivo de excepcional espírito de solidariedade humana. Espelho de toda a história deste Corpo de Bombeiros

Voluntários. Prova incontestável de carinho e de trabalho em prol da Pátria e da terra Joinvillense. Verdadeiro pedestal de glória viva e vivificante desta comuna. Fonte inesgotável de dedicação, do amor ao próximo. Brasileiro ilustre a quem saudamos comovidos — Comandante Alberto Lopper.»

Era o que tinha a dizer. (Muito bem, muito bem).

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora, em reunião de 23 do corrente, resolveu deferir:

— Requerimento n.º 96-56, em que Aroldo Moreira, Oficial Legislativo, padrão PL-7, solicita 3 meses de licença especial;

— Requerimento n.º 97-56, pelo qual Benvidinha Maria Soares, Redator, padrão PL-7, solicitando 60 dias de li-

cença para tratamento de saúde, a partir de 14 de junho último.

— Requerimento n.º 100-56, de Maria Távora, Oficial Legislativo, classe "N", solicitando 4 meses de licença de gestante;

— Requerimento n.º 103-56, pelo qual Alípio Ferreira Dias, Auxiliar de Portaria, classe "K", solicita 3 meses de licença especial;

— Requerimento n.º 106-56, de Myriam Côrtes Greig, Oficial Legislativo, classe "L", solicitando 20 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação.

Secretaria do Senado Federal, em 23 de julho de 1956. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

ATOS DO DIRETOR GERAL

O Sr. Diretor Geral, por despacho de 16 do corrente, resolveu deferir:

— o Requerimento n.º 115-56, em que Francisco Rodrigues Soares Pe-

reira, Taquígrafo Revisor, padrão PL-3, solicita 15 dias de licença para tratamento de saúde;

— o Requerimento n.º 108-56, em que José Geraldo da Cunha, Oficial Legislativo, classe "O", solicita salário-família, em relação a seu filho João Roberto, a partir de junho;

— o Requerimento n.º 111-56, em que Pedro Cidral Mansur, Motorista, classe "K", solicita salário-família, em relação a sua filha Cidália, a partir de junho.

Diretoria do Pessoal, em 18 de julho de 1956. — Ninon Borges Seal, Diretora do Pessoal.

EDITAL

De ordem da Comissão Diretora, ficam convidadas as firmas construtoras interessadas a apresentar, dentro do

prazo de trinta (30) dias, proposta para pintura externa, recomposição de ornatos e restauração dos revestimentos do Palácio Monroe, sede do Senado Federal.

Secretaria do Senado Federal, em 23 de julho de 1956. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

De ordem da Comissão Diretora do Senado Federal, fica prorrogado até o dia 7 de agosto vindouro, o prazo para a entrega das propostas para a instalação de serviços do som e de refrigeração no plenário e outras dependências do 2.º andar do Senado Federal.

Secretaria do Senado Federal, em 23 de julho de 1956. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.